



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 254ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Friet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernadri, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA

Ao Projeto de Lei no. 149/77

Suprima-se da Tabela "B", item 12, a letra "A" e seus incisos I e II.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LÁZARO DE SOUZA, ocorrido em data de 27 do corrente, na cidade de Apucarana.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, residente em Apucarana.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O voto de pesar que ora pretendemos, visa pela última vez, homenagear um dos fundadores do Município de Apucarana, o qual, prestou relevantes serviços à comunidade, deixando o testemunho do seu trabalho, durante os vários anos que ali conviveu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja aprovado voto de pesar pelo passamento do Sr. ERCIVAL MARQUES, tragicamente falecido no Município de Dois Vizinhos.

O extinto era morador de Pato Branco há muitos anos, onde gozava de ótimo conceito social como pai de família e motorista profissional. Deixa inúmeras amizades e constitui lacuna impreenchível no Sindicato dos Condutores Autônomos de Pato Branco, um de seus criadores e permanente colaborador.

Da decisão comunique-se à família enlutada, bem como o Sindicato Profissional dos Condutores Autônomos de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado votos de louvor à Direção Artística da Televisão Paraná Canal 6, desta Capital, pela apresentação no Programa "HISTÓRIAS QUE A VIDA CONTA", levado ao ar no dia 24 do corrente mês, e ao mesmo tempo solicitar para que a peça apresentada no referido programa, seja levada ao ar por mais vezes, por ser de grande importância para a nossa comunidade, os exemplos apresentados, por trazerem em seu conteúdo o problema do alcoolismo e sua recuperação.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A peça em referência, apresentada dentro do programa "Histórias que a Vida Conta", na Televisão Paraná Canal 6, traz em seu conteúdo, exemplos vivos, e que todos os dias acontece dentro das reuniões promovidas pelos Grupos de Alcoólicos Anônimos "AA", não só em nossa Capital, mas em nosso Estado, no Brasil e em quase todos os países do mundo. E a peça apresentada, traz os exemplos dessas reuniões, e esses tipos de programas que procuram mostrar à nossa sociedade que o alcoólatra pode ser recuperado, que o alcoólatra nada tem de delinquente, mas que ele traz uma doença, doença que além de tudo é incurável, mas que pode ser retida, dependendo unicamente do próprio doente, mas que precisa da ajuda de seus familiares, e mais ainda, da própria sociedade, que na maioria das vezes o marginaliza, sem compreender o seu verdadeiro problema. A reapresentação desta peça é de grande importância na orientação de nossa sociedade e para despertar nas famílias que têm este problema com algum de seus membros, e traria a elas uma maior esperança para o futuro, fazendo com que procurassem o endereço de um dos muitos grupos de Alcoólicos Anônimos já existentes, e que tantas pessoas já foram por eles recuperadas para suas famílias e para a própria sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, no sentido de determinar a inclusão no plano rodoviário do Estado, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o km. 346,

da Rodovia Parigot de Souza, ao Distrito de Conselheiro Zaccarias, no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, informando S. Exa., da precária situação material em que se encontra a Delegacia de Polícia do Município de Arapoti, e pleiteando que determine providências no sentido de dotá-la de veículos para um efetivo cumprimento de suas atribuições, em especial, dada as condições locais e o apelo dos que lá prestam serviços, de motocicletas.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É com um misto de tristeza e de alegria é que trazemos ao conhecimento desta Casa do Povo do Paraná a elevação do Vigário da Paróquia do Cristo Rei de Cornélio, Padre Conrado Walter, para a de Bispo Auxiliar da Diocese de Jacarezinho, por ato de Sua Eminência o Papa Paulo VI.

O Vigário procopense, nascido em Rotemburgo, na Alemanha, vive em nossa terra há mais de 20 anos, tendo conquistado, com exemplos de virtude, a amizade de seu imenso rebanho espiritual, e a admiração de todos nós, por sua plena e total integração na vida da comunidade, a que se dedica totalmente, inclusive como educador de largos méritos.

A tristeza a que nos referimos é porque, embora promovido, Sua Excelência vai deixar o nosso município, vai deixar de ministrar sua palavra sempre prudente, amiga, orientadora e objetiva nos altos destinos da Igreja e da nossa Pátria!

Mas é de alegria, como dissemos, porque a sua remoção para a sede da Diocese de Jacarezinho, da qual Cornélio Procópio foi desmembrada com a criação de sua própria Diocese, nos assegura o prosseguimento de seu valioso trabalho espiritual ao lado da figura extraordinária que é sua Excelência Reverendíssima o Bispo Dom Pedro Filipak, uma das mais altas expressões da Igreja Católica Apostólica Romana e um dos lrdimos orgulhos do Paraná, de que é filho destacado:

Podemos afirmar com justo orgulho que o afastamento do Padre Conrado Walter, de Cornélio Procópio, embora privando nossa cidade do convívio amigo e protetor de um de seus mais queridos filhos, e ainda subtraindo a Dom José Joaquim Gonçalves, Bispo da Diocese Procopense de um excelente e dedicado auxiliar, nos dá em compensação a certeza tranqüila de que os vários e populosos municípios que constitui a Diocese de Jacarezinho, terão ganho e conquistado um extraordinário Pastor de Almas, digno e honrado por todos os títulos.

Requeremos, pois, ouvida a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que ela manifeste seus cumprimentos ao ilustre Padre Conrado Walter por sua elevação hierárquica na Igreja Católica Apostólica Romana, com o que, também sem dúvida alguma, é a própria comunidade da região procopense que foi distingüida com a referida elevação ou promoção!

Requeremos ainda que seja enviado cópia do presente ao Exmo. Senhor Padre Conrado Walter, Vigário de Cornélio Procópio e a Dom Pedro Filipak, Bispo de Jacarezinho e a Dom José Joaquim Gonçalves, Bispo de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofícios endereçados aos Exmos. Srs. Presidente da República, Governador do Estado do Paraná e Secretário do Meio Ambiente, em Brasília, encaminhando fotocópias do Ofício, em anexo, sob número 1.218/77, da Câmara Municipal de Jacarezinho, relacionado à poluição das águas do Rio Jacaré, naquele Município, face à instalação da destilaria de álcool no Município de Santo Antônio da Platina, que representa uma permanente ameaça para os 28.000 habitantes que vivem na zona urbana de Jacarezinho e que se servem do Rio Jacaré, única fonte de abastecimento de água da cidade.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento é apresentado, em atenção ao ofício supra mencionado, que recebemos da Câmara Municipal de Jacarezinho, assinado pelo Presidente e o Primeiro Secretário daquela edilidade, no qual conclamam o apoio dos órgãos do Governo, da representação parlamentar e dos cidadãos esclarecidos, no sentido de assegurar que o Rio Jacaré seja resguardado da grave ameaça que ronda suas águas, face à próxima instalação da destilaria de álcool no Município de Santo Antônio da Platina, que faz divisa com Jacarezinho e que está exposto aos efeitos danosos das descargas de efluentes, liberadas pela referida destilaria. Acontece que vários apelos já endereçados pelos edís de Jacarezinho junto às autoridades estaduais, ligadas ao problema (Administração de Recursos Hídricos) não encontraram eco — e, até o presente momento nada foi providenciado, nenhuma medida tomada, em atenção ao que foi solicitado, justificando assim, plenamente, o envio de expedientes à mais alta autoridade do País e do Estado, bem como a um renomado técnico no assunto, o Dr. Paulo Nogueira Netto, Secretário do Meio Ambiente em Brasília.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista, queixas e reclamações de motoristas que se declaram terem sido vítimas de arbitrariedades praticadas pela corporação do BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA DO PARANÁ, que, no dia 26 do mês corrente, com contingente de plantão durante todo o dia, nas imediações do final da segunda pista da estrada Curitiba Ponta Grossa, parte franqueada ao tráfego, de forma coletiva, procederam a multa de todos os motoristas de automóvel, a razão de Cr\$ 163,00 (cento e sessenta e três cruzeiros) por unidade de veículos sob a justificativa de excesso de velocidade.

Requer seja oficiado ao Comandante daquela corporação de vigilantes do tráfego, solicitando as seguintes informações:

a) — Quantos motoristas foram autuados no dia 26 de dezembro, no local mencionado, por terem excedido a velocidade permitida?

b) — Qual a forma de prova registrada pelo radar em uso, que pode ser proporcionado aos auturados, a fim de confirmar que os mesmos transgrediram o mandamento legal?

Termos em que, espera a aprovação deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 180/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Roberto Marinho.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Ninguém fez, na iniciativa privada, mais do que o jornalista Roberto Marinho para unir este País, através da comunicação escrita, falada e televisada. Sua obra não deve ser só causa de orgulho de uma poderosa e respeitável empresa, mas motivo de júbilo de todo o povo brasileiro, cuja unidade nacional, através de cadeia de televisão, se tornou possível por força da coragem empreendedora do jornalista Roberto Marinho. Como uma das unidades da federação, o Paraná está integrado à Rede Globo, que cobre totalmente o seu território, levando aos lares paranaenses a distração, a informação e a pesquisa que elevam também o nível cultural do povo. Um país-continente como o Brasil depende, fundamentalmente, da comunicação para se integrar e a conjugação de esforço de governo e iniciativa privada, para cobrir todos os seus quadrantes merece o nosso aplauso e esta manifestação de profundo reconhecimento em nome do povo que aqui representamos.

Ao propor a Cidadania Paranaense para o jornalista Roberto Marinho queremos que a homenagem se estenda a todos os homens que tornaram, com seu labor, realidade o sonho de Irineu Marinho; aos homens que acreditam na comunicação como meio de aproximar seres humanos de diferentes regiões, credos e cores; aos homens que não temem investir na cultura; aos homens que plantam para o futuro sem se preocupar em colher prontamente o fruto, mas na certeza de que sua árvore irá produzir para gerações vindouras.

O jornalista Roberto Marinho é, pelas suas qualidades, um cidadão que honra a América Latina, que dignifica o Brasil e que deve ser exaltado em todos os Estados brasileiros. O Paraná ao conceder Cidadania ao jornalista Roberto Marinho não só faz justiça: cumpre uma obrigação.

PROJETO DE LEI NÚMERO 181/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de MARIZA, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— Com o Município de Itambé: iniciando na Foz do Ribeirão Mariza; Ribeirão Mariza acima até a direção da nascente do córrego Alexandre, córrego este; afluente do Ribeirão Keller.

— Com o Município de Bom Sucesso: do Ribeirão Mariza na direção da nascente do córrego Alexandre por uma linha reta e seca em direção à foz do córrego Baiacu no Ribeirão Barbacena, até alcançar o córrego Mirafior.

— Com o Município de São Pedro do Ivaí: Distrito de São Pedro do Ivaí. Córrego Mirafior abaixo, até sua foz no córrego Mavacaí; Córrego Mavacaí abaixo até sua foz no córrego Tucambira; córrego Tucambira abaixo até sua foz no Ribeirão Axel; Ribeirão Axel, até encontrar a Ponte situada nos fundos do lote de terras 366-A (Estrada Principal - MR número OA-005); deste ponto pela referida estrada OA-005 em direção à cidade de São Pedro do Ivaí até encontrar o cruzamento com o Ribeirão São Carlos; de onde segue abaixo pelo Ribeirão São Carlos pela sua margem direita até encontrar a sua foz no Rio Ivaí.

— Com o Município de Fênix: da foz do Ribeirão São Carlos, seguindo pelo Rio Ivaí até a foz do Ribeirão Mariza, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento por que vem passando o Município de São Pedro do Ivaí, está a exigir uma transformação na sua estrutura administrativa.

Estrutura Administrativa esta que deverá estar voltada para atender com melhores perspectivas o crescimento agrícola, econômico e social daquela comuna.

Com esta finalidade, o Poder Legislativo Municipal de São Pedro do Ivaí, aprovou a Lei Municipal número 407, de 04/07/77, que anexamos ao presente, autorizando o Chefe do Executivo Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa a criação, através de Lei Estadual, do Distrito Administrativo de Mariza, que ora estamos propondo.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento das exigências da Lei Complementar número 2 — Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso esperamos a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados,.

Acabo de dar entrada a um requerimento, solicitando informações do Comando da Polícia Rodoviária do Paraná.

Neste Estado, onde reina a arbitrariedade; onde a corrida capitalista do Governo cria um trauma singular na economia e no subconsciente do povo, me parece que não há mais nada a denunciar. Mas, é justo, é de dever e, até, uma questão de honra, que se denuncie o que aconteceu e o que está sendo reclamado por centenas de motoristas de automóveis.

No último dia 26 de dezembro, nas proximidades do final da segunda pista, já entregue ao tráfego, da Estrada Curitiba-Ponta Grossa, um contingente da Polícia Rodoviária que se fixou ali a partir de 7 horas da manhã e passaram até às 18 horas daquele dia, segundo as vítimas queixantes e reclamantes — ninguém escapou às multas aplicadas por aquele plantão ali posto durante um período de treze horas. E todos os motoristas de automóveis — proprietários ou simples condutores — foram arbitrados a pagar Cr\$ 163,00, sob o título "excesso de velocidade".

É de se perguntar: O Poder Público está preocupado em fiscalizar, em dirigir fiscalização que faça com que o motorista se acostume a cumprir a determinação do ditame legal, ou o Estado está preocupado, simplesmente, em arrancar da economia que já não existe no povo paranaense e no povo brasileiro, o restante da miséria que lhes sobra?

Todo Estado Capitalista tem um caminho aberto a seguir e, V. Exa., sabe qual é o caminho, qual é o destino. S. Exas. sabem, Srs. Deputados.

Era isto que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Parlamentar com profundas raízes na lavoura e na pecuária, como é o nosso caso, nos sentimos no dever de levar ao conhecimento desta nobre Casa do Povo de um valioso comentário do jornalista eficiente que é Hugo Seben, em sua Coluna de Economia e Agropecuária, da "Folha de Londrina", no dia 23 último:

"O Banco do Brasil concedeu empréstimo emergencial aos tricultores gaúchos na base de 450 cruzeiros por hectare financiado. Também, aprovou o reescalonamento do saldo remanescente dos financiamentos de custeio para pagamento em dois anos.

Uma terceira medida foi o estabelecimento do prazo de espera para o pagamento das prestações de investimento e financiamento dados na SAFRA DE TRIGO DESTA ANO E QUE FORAM PRORROGADOS POR 12 MESES.

"Concordamos com a conclusão do Banco do Brasil,

amparando, mais uma vez, os tricultores gaúchos após a constatação do fracasso da safra gaúcha de trigo. Porém, julgamos que alguns desses benefícios deveriam ser estendidos também aos tricultores paranaenses atingidos por fenômenos climáticos que reduziram drasticamente a sua produção de trigo".

Em verdade, não foram todos os trigais paranaenses atingidos pela seca. Certas áreas porém, sofreram uma queda de 60 por cento na safra esperada. Em síntese, todo o Norte Velho e Norte Novo, sofreram as consequências da seca, mormente onde o trigo foi semeado mais cedo.

"A nosso ver, para que houvesse justiça, os tricultores localizados nessa região deveriam receber algum benefício, pelo menos para serem motivados a continuar expandindo suas lavouras de trigo.

De fato, conforme se constatou, muitos lavradores perderam o entusiasmo em relação ao trigo. Só não o abandonam totalmente porque favorece o cultivo da soja, evitando-se, inclusive, o praguejamento do solo.

"Sinceramente, não atinamos, diz o jornalista, porque se beneficia uma área e se esquece a outra atingida pelo mesmo mal. Ademais, o Paraná está ultrapassando o Rio Grande do Sul também na produção de trigo. Esta deveria ser mais uma razão de estímulo aos tricultores paranaenses".

Solicitamos, Senhor Presidente, que após ouvida a Casa, seja enviado ao Diretor do Banco do Brasil, Coronel Walter Peracchi Barcelos, cópia do presente a fim de que seja também encontrada uma solução justa, razoável para os abnegados tricultores paranaenses, diante da situação das mesmas corretamente exposta pelo experimentado homem de imprensa londrinense."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito. — (Pausa). — Ausente, S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos recebendo, como acredito que todos os Deputados que representam a região de Maringá, nesta Assembléia devem tê-lo recebido, um manifesto da Associação Comercial e Industrial de Maringá, assinado pelo seu Presidente e pelo seu Primeiro Secretário. Claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse manifesto em que são analisadas as condições que a Comissão de Financiamento e Produção, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e por afinidade ao Ministério da Agricultura, impõe a comercialização dos seus estoques de arroz em casca, da safra 75/76. Aparentemente pode parecer um fato isolado dentro do contexto econômico em que nós vivemos. Mas, muito mais do que um fato isolado, quer nos parecer que este episódio, destas condições impostas pela Comissão de Financiamento da Produção, retrata bem a situação em que vive a empresa nacional.

Num regime autocrático, como o nosso, em que não existe qualquer possibilidade das forças representativas da Nação fazerem valer um direito mínimo, que em qualquer democracia se garante ao cidadão e aos grupos sociais. Percebemos que nesta autocracia brasileira que já se arrasta por longos 14 anos e que não se vislumbra no horizonte qualquer possibilidade de abertura, em que pesem os pronunciamentos dos homens que dirigem o oficialismo brasileiro, porque nada, em termos sociais pode vir do alto como uma outorga ou uma concessão.

Vida democrática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz-se pela luta constante, faz-se pela conscientização permanente. E é através da conquista, através da luta, através do choque de interesses incompatíveis entre si, tentando no consenso da compatibilização desses interesses, a norma média que possa agradar, possa satisfazer a Nação como um todo.

E nós observamos hoje que os órgãos representativos de classe, esporádica e eventualmente saem a público para reclamar de um estado concreto; para reclamar de uma situação que

existe, mas muitas vezes, e quase sempre, esses representantes classistas, que vêm a público reivindicar a mudança casuística de um fato isolado. Nem sempre tem a coragem, nem sempre tem o preparo, e nem sempre usar do seu direito, de ir mais a fundo na questão e exigir para si, exigir para seus associados, uma autêntica e verdadeira participação na formulação dos princípios que devem reger qualquer sistema democrático.

E é claro que, neste quadro, Srs. Deputados, por muito e muito mais tempo, este sistema autocrático, violento e arbitrário, continuará a impor as suas condições ao nosso povo e à nossa Nação.

Mas, a história também é clara, por mais forte que seja um regime autocrático, há um processo natural de seleção, há um cansaço e uma estafa natural dos segmentos que compõem a Nação brasileira. E mais cedo do que nós podemos esperar, mas, muito mais cedo do que as promessas que estão aí, finalmente, o raiar da alvorada da democracia há de chegar a este País, e há de voltar a esta Nação.

O modelo econômico que este governo está impondo a duras penas e a onerosos sacrifícios a toda a Nação, mas, principalmente, ao setor primário que vive da produção; aos assalariados que têm no dia a dia, a sua luta constante da produção e com ela, a luta pela sobrevivência. Criando uma desproporcional situação social neste País, em que a concentração de renda cada vez mais, vai para a mão de poucos, e quase sempre, e diuturnamente, aos assalariados e os homens que produzem no setor primário, têm que arcar com todos os ônus do combate à inflação e das regras impostas por esse modelo econômico.

E no discurso que S. Exa. o Sr. Presidente da República faz, por época das festas do Natal, lamentavelmente, S. Exa. condiciona a abertura política a um condicionamento econômico.

E nós que sentimos na própria carne, o impasse econômico em que o País está mergulhado, sabemos que a esperar prosperidade; a esperar riquezas; a esperar uma tranquilidade econômica e, conseqüentemente social maior, nós não teremos democracia tão cedo neste País.

S. Exa. enfoca o problema, como se participação democrática fosse um direito apenas às elites, e das elites econômicas.

E neste quadro, desse impasse econômico, desse impasse social, desse impasse político, desse impasse cultural, em que o País está mergulhado, nós vemos a imprensa nacional diariamente sofrer, maiores obstáculos; maiores danos e maiores prejuízos; de um lado a onipotência e a onipresença dos grandes grupos internacionais; as famigeradas multinacionais a comandar e a impor as regras do jogo econômico no País. De outro lado, um regime que se diz capitalista ou neo-capitalista, a proceder determinados tipos de intervenções no setor privado. Com o gigantismo de determinadas empresas e determinadas atitudes oficiais, a tornar ainda mais inviável a vida das empresas nacionais.

Ainda na década de 60, no início dessa década, de autoria do então Senador Nelson Maculan, foi estabelecido um estatuto legal para a política de preços mínimos para os produtos primários. E a lei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ela é muito clara; ela não obedece aos filigramas que a tecnocracia brasileira implantada de 64 para cá procura enfeitar e cercar as coisas, que às vezes são tão simples na sua essência e poderiam ser tão simples também na sua aplicação. A lei que definiu a política de preços mínimos nesse país; ela apenas estabelece duas condições: o custo operacional da unidade produzida, primeira condição; com o acréscimo de 30 por cento sobre o seu valor, no total da comercialização, segunda condição. E hoje, entretanto, todos esses organismos criados à sombra da tecnocracia que domina e asfixia este país, todos os organismos fazem cálculos os mais desparatados; falam uma linguagem que o nosso povo não entende, pois é o mais castiço economês que se conhece. É

exatamente num governo que saiu às ruas numa convocação nacional pedindo o combate à subversão, pedindo o combate à corrupção, mas se comprometendo com a garantia das franquias democráticas, passados 14 anos, nunca a Democracia esteve tão longe desse País como está agora. Apesar de toda a censura que se impõe aos meios de comunicação. Nunca talvez na história deste País, tantas e tantas notícias de corrupção. Corrupção científica, corrupção deslavada, corrupção de todo o tipo e de toda a ordem.

Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os pequenos investidores deste País que levados pela cantilena da propaganda oficial, depositaram as suas minguadas economias em cadernetas de poupança, tiveram eles também o seu quinhão na luta contra a inflação. E fizeram os seus investimentos com uma promessa do esquema oficial de tal tipo de rendimento; e ao terminar o ano, o Governo nos contempla como um presente de Natal, com uma redução de 6 a 7 por cento no rendimento dos seus investimentos.

Esse mesmo Governo, que durante o ano de 1977 e final de 76, aplicou 18 trilhões de cruzeiros a Fundo Perdido, para tentar recuperar instituições financeiras; essas mesmas instituições financeiras que arrebanham e arrecadam os investimentos populares.

Esse mesmo Governo que admite a perda de fortunas volumosíssimas e empréstimos feitos a grupos que não têm capacidade de resgatá-los. E agora, eu encaminho à apreciação desta Casa, e o faço apenas por dever de representatividade que todo Parlamentar deve ter para com a região que lhe deu guarida com a disputa eleitoral.

Sei, entretanto, Srs. Deputados, que esse arrazoado que a Associação Comercial e Industrial envia aos Deputados da região é apenas uma gota no oceano, é apenas um grão de areia a mais no deserto que todos nós vivemos.

Se de um lado a presença das garras potentes, onipresentes das multinacionais, de outro lado, tecnocratas a levar a empresa estatal por caminhos que a democracia não tem condições de vigiar, não tem condições de fiscalizar, não tem condições de superintender, este ano, esmagada, violentada, asfixiada, está a empresa nacional.

A aplicação de lei é tão fácil, tão simples. A lei de preço mínimo talvez seja uma das leis mais simples que exista, neste País. Mas, tem os seus cálculos, hoje, feitos ao arrepio da própria lei. Tantos e tantos critérios adotados por esses mesmos tecnocratas que ninguém mais sabe a quantas pode andar o orçamento do empresariado rural. Mas, dentro dessa desvirtuada aplicação da política de preços mínimos, a Comissão de Financiamento à Produção comprou e estocou os excedentes da safra de arroz, período 75-76.

Tem a região de Maringá, esses excedentes estocados nos três armazéns do Instituto Brasileiro do Café. Instituto esse que já teve cerca de 60 milhões de sacas em depósito e, hoje, não tem em estoque nem o equivalente às necessidades da exportação do País de apenas 30 dias.

E agora a Comissão de Financiamento à Produção resolve por expediência feita em outros Estados, atribuir às associações comerciais sediadas nos diversos polos regionais do Paraná, a incumbência de ser o intermediário da compra desses estoques a comerciantes. Para que o arrazoado fique bem mais simples, passarei a ler, aos Srs. Deputados, pura e simplesmente, o manifesto da Associação Comercial e Industrial de Maringá: (Lê):

"Maringá, 20 de dezembro de 1977.

N/OFÍCIO NÚMERO 092/77

Senhor Deputado:

Às vésperas das festas natalinas, estamos nos deparando com um sério problema criado pela Comissão de Financiamento à Produção, que vem trazer consequências negativas aos nossos associados e, de um modo geral, as populações do interior paranaense.

A CFP, como ocorreu em outro Estado, decidiu comercializar o arroz de sua propriedade vendendo-o para maquinistas e beneficiadores, através das Associações Comerciais.

Como a coisa funcionou bem, a CFP decidiu estender a medida até o Paraná, passando às Associações, dessa, forma, a participarem do processo de comercialização por mero empenho em resolver um grave problema que aflige os maquinistas: a falta iminente do arroz e a elevação do preço desse produto.

Mantivemos contatos telefônicos com a CFP de Brasília e de Curitiba; por telefone, esse órgão solicitou que divulgássemos a venda do arroz, e também, recebêssemos as cartas — proposta dos interessados na compra. Assim o fizemos.

Demos toda publicidade à notícia — recebemos as cartas-proposta contudo não estávamos informando nem o preço nem a classificação, nem o local onde seria retirado, nem a incidência ou não do ICM, nem sobre a possibilidade do comprador ver o produto antes da compra.

E não demos as informações porque a CFP foi protelando, sonhando, escondendo o jogo até o fim. Já ansiosos enviamos ofício a CFP pois necessitávamos esclarecer aos associados.

Fomos, então, convocados para uma reunião na sede da CFP, em Curitiba, no dia 13 próximo passado, às 15 horas. Comparecemos e lá estavam as associações de Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Maringá.

Com um tratamento até certo ponto frio, os tecnoburocratas da CFP forneceram as "condições" da venda que são mais ou menos as seguintes:

- Arroz em casca safra 75/76 que será vendido de acordo com a disponibilidade de estoque. (Existem estoques mais recentes na região).

- Peso bruto, FOB — armazéns, no estado de embalagem e CONDIÇÕES FITOSSANITÁRIAS em que se encontra a mercadoria. Isto é, se o arroz tiver umidade etc, o comprador não tem direito a reclamar.

- A CFP não aceita reclamações quanto ao preço ou qualidade do produto.

- Será efetuada uma única classificação para a totalidade do produto depositado no armazém.

- ACFP não aceita que o adquirente escolha lotes, praças ou armazéns (liberdade ao comprador).

- O adquirente é obrigado a vender a mercadoria dentro de 30 dias após a liberação.

- O arroz beneficiado só pode ser vendido na praça de Curitiba e ou São Paulo.

- Quem não cumprir as "condições" da CFP está sujeito, conforme determina a própria CFP, as sanções aplicáveis tanto pela própria Comissão, como também, pelo Ministério da Fazenda.

- A CFP dá a todas estas imposições, chamadas eufemisticamente de "condições" a força de contrato bem como se reserva de legislar sobre os casos omissos.

- Para o produto ser liberado a CFP exige, antes, a entrega de uma NP em garantia e uma carta de concorrência conforme modelos fornecidos.

As condições acima e suas consequências podem ser analisadas sob vários prismas. Juridicamente, é ilegal impor condições unilaterais num contrato de compra e venda tal como está sendo feito sem que o adquirente possa manifestar sua vontade. Sob o aspecto econômico, está sendo perpetrada uma violência à livre economia pela obrigatoriedade da venda nos centros Curitiba e São Paulo já que somente alguns beneficiadores vendem nessas áreas, a grande maioria abastece os supermercados da cidade e região. Do prisma de racionalidade e inteligência, é de uma limitação questionável pois, na época atual, não se justifica obrigar o arroz a um passeio descabido e nocivo quando existem estoques do produto em toda região abrangendo várias cidades (em Maringá o produto está nos armazéns do IBC). Não cometemos exagero se dissermos que as

condições são injustas e discriminatórias pois o consumidor oficial de Curitiba ou São Paulo, poderá adquirir o arroz a um preço subsidiado pelo Governo enquanto as populações do interior vão pagar o preço estabelecido pelo livre jogo do mercado. É necessário assinalar que a decisão da CFP de permitir a venda só nesses centros, veio contribuir decisivamente para o aumento do preço do produto no interior. Em Maringá, a saca está sendo vendida aos beneficiadores, hoje, entre Cr\$ 200,00 a Cr\$ 210,00 com perspectivas de aumento. Quem tem arroz vai mandar no preço e a cidade não vai deixar de consumir o produto. Nós, do interior, ficamos desguarnecidos.

Acreditamos que a CFP poderia fazer jus aos subsídios do governo direcionando melhor suas ações na situação atual.

Para tanto este órgão pleiteia que o arroz possa ser vendido nos locais, onde estão instaladas as empresas que beneficiam o produto bem como seja permitida a venda dos estoques existentes nos armazéns do IBC e em outras localidades próximas a Maringá visando otimizar a distribuição física, numa evidente economia de recursos.

Dessa forma, mais uma vez, pedimos o apoio do atuante político para sanar o problema surgido.

Na certeza de sermos atendidos, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos agradecimentos antecipados, manifestando nossa simpatia e admiração.

Cordialmente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

Álvaro Miranda Fernandes Altair Niero
Presidente 1º Secretário

Sr. Presidente, entendo que este ofício circular tenha sido enviado a todos os Srs. Deputados da região de Maringá.

Em razão deste arrazoado da Associação Comercial e Industrial de Maringá, encaminhamos à Casa o seguinte requerimento: (Lê):

"O Deputado que subscreve o presente, atendidas as formalidades preceituadas pelo Regimento Interno da Casa, requer, após a audiência do Plenário sejam enviados expedientes aos Senhores Ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio, solicitando maior flexibilidade no plano de comercialização do arroz de propriedade do CFP, tanto na forma como nas praças a serem beneficiadas, desde que corre-se risco sério de flagrante desigualdade de tratamento entre os centros autorizados e os grandes centros marginalizados pelo atual plano.

Sala das Sessões, aos 27 dias de dezembro de 1977."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou terminando por aqui, entendendo que este é apenas, mais um caso dos tantos que nós vemos na atrofia em que vive a Nação Brasileira.

Terminamos o ano de 1977!

É sempre normal, que, ao terminar-se qualquer período, que ao terminar um período legislativo, devêssemos ocupar esta tribuna, para agradecer a Deus, os benefícios que recebemos no ano de 1977, agradecêsmos a grande confraternização, a grande solidariedade de todos aqueles que conosco compartilham a honra e a responsabilidade de representarmos o povo do Paraná!

Seria de praxe, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estendêssemos os votos de um feliz ano de 1978, a todo o povo do Paraná e a todos os colegas; entretanto, desejamos, efetivamente, que, o ano de 1978 seja um ano repleto de venturas e sucessos, e, acima de tudo, de conquistas para o nosso povo e para a Nação brasileira, mas, as nuvens que toldam o horizonte da nossa terra são tão negras, que não sabemos se 78 será melhor, ou pior que 77. É hora, portanto, de, mais uma vez conclamarmos os democratas — de qualquer partido — a que cerrem fileiras nas conquistas que todos nós temos que ter, na luta diária e constante, para que, finalmente, a liberdade e a democracia venham a imperar neste País, para que a bandeira que o MDB apresenta à Nação brasileira como a única saída para o impasse político, social, econômico e cultural em que

a Nação está mergulhada, para que a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte seja levada à frente, na grande conscientização de todos os segmentos da Nação brasileira, eis que, numa hora, Sr. Presidente, num determinado instante, Srs. Deputados, haverá de chegar a boa nova que todo o povo espera, a ação da verdadeira liberdade nacional, com a volta, do País, ao estado pleno de direito, e com o povo podendo manifestar o que pensa e podendo, acima de tudo, fazer valer o seu direito de dono deste País, de dono desta Nação!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, que falará nos 15 minutos reservados ao Movimento Democrático Brasileiro. O SR. EDILSON ALENCAR — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

É com grande satisfação e alívio que faço o registro da passagem do Sr. Rubens Vieira Lopes para a ARENA. O Sr. Rubens Vieira Lopes foi eleito para a Prefeitura de Nova Cantu com os votos e a legenda do Movimento Democrático Brasileiro.

E esse mesmo povo que o elegeu, logo ficou sabendo que cometera um grave erro político e moral. E nos atribuiu a responsabilidade de termos feito essa indicação. Porém, Senhores Deputados, é muito difícil de termos feito essa indicação. Porém, Senhores Deputados, é muito difícil dar o aval político e moral a um administrador, quando as circunstâncias da política municipal nem sempre permitem que os homens sejam testados em cargos de responsabilidade. Entre muitos, alguns se seduzem pelas facilidades do cargo — ante a deficiência de nossa vida política; e se creditam tudo, inclusive a cobertura política da legenda. Daí em diante tratam a coisa pública como feudo. Até o momento das eleições, o Sr. Rubens Vieira Lopes parecia ter as condições políticas, administrativas e morais que o cargo de prefeito exige. Seus pequenos erros e debilidades não se destacavam no conjunto.

Bastou, no entanto, ser empossado, para que o atual Prefeito de Nova Cantu passasse a confundir a administração municipal com a administração de qualquer negócio pessoal. Aliás, é muito comum, agora, ver pessoas destacando a administração pública como de tipo "gerencial"; e isso conduz a equívocos de resultados muito sérios.

De qualquer modo, menos por doutrina que por caráter, o Sr. Rubens Vieira Lopes passou a administrar a "sua Prefeitura" sem levar em conta os interesses do povo de Nova Cantu.

E de imediato encontrou resistência dos vereadores e do Diretório Municipal do MDB.

A situação foi evoluindo para a incompatibilidade total, entre o Prefeito e a Prefeitura, entre o Prefeito e o Povo, entre o Prefeito e o MDB.

Além da incapacidade administrativa, o Prefeito de Nova Cantu inaugurou e confirmou novo estilo de negócios, levando-o para dentro da Prefeitura. E realizou também uma inovação bancária: o sistema de rodízio de cheques "ao vento", para pagar quando o tempo melhorar.

Apesar da oposição do partido e do povo, a situação embaraçosa de termos eleito e estarmos abrigando tal figura em nosso partido se transformou em pesadelo.

As denúncias dos Vereadores do MDB e do Diretório Municipal se sucediam. A opinião pública foi tomando consciência de que o Movimento Democrático Brasileiro não compactuava com a linha e o estilo do Prefeito Rubens Vieira Lopes. Até que não restaram mais que duas alternativas ao Gerente Municipal: a renúncia para o bem da coletividade ou o ingresso em outra legenda.

O povo desejava a renúncia. Ele não renunciou; talvez acreditando que sua inovação de estilo administrativo e bancário pudesse ganhar maior amplitude e cobertura...

Hoje, o Sr. Rubens Vieira Lopes já pode afirmar que não precisa do povo nem do MDB. A Prefeitura é dele; as verbas municipais são da Prefeitura; "e que os cheques frios que emite, na Prefeitura, são personalizados." Por que se meteriam o Povo e o MDB em tal história?

Srs. Deputados:

Não pelo fato de termos contradições com a política da ARENA que desejamos ver o caos administrativo; as práticas irregulares e os costumes e a moral falidos. Assim, não é porque a solução da saída do Sr. Rubens Vieira Lopes do MDB seja para nós uma boa coisa; que vamos exultar com a contradição feita pela ARENA para engrossar seu time.

Seria muito cômodo se nós pensássemos apenas em nosso quadro. A ARENA de Nova Cantu não poderá imprimir um bom ritmo de jogo ao novo atleta. Terá que dançar no seu compasso... Nos seus lançamentos, nas suas tintas, e até aplaudir os seus chutes...

O povo de Nova Cantu não espera apenas um bom espetáculo. Quer ver os resultados..."

Somente o povo julgará o "Judas" de Nova Cantu.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, por indicação do Deputado Líder Luiz Roberto Soares.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Preliminarmente, agradeço ao eminente Líder da nossa bancada, Deputado Luiz Roberto Soares, pela cessão do tempo que lhe é reservado, para que pudesse eu assomar a esta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Lendo): "A integração do índio à vida nacional tornou-se medida imperativa nesta fase histórica em que se procura alcançar maior desenvolvimento em todos os setores da sociedade brasileira.

Neste processo, imprescindível é a pesquisa lingüística junto às diferentes tribos, de modo a possibilitar o diálogo entre as lideranças nativas e os encarregados em promover os entendimentos, notadamente os antropólogos e funcionários da Fundação Nacional do Índio.

Importante, por isso, o trabalho que o Summer Institute of Linguistics — Instituto Lingüístico de Verão (SIL) tem desenvolvido no Brasil, desde 1956, conforme convite formulado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, atualmente através de quatro centros de atividades localizados em Belém (Pará), Cuiabá (Mato Grosso), Manaus (Amazonas), e Porto Velho (Território Federal de Rondônia).

De acordo com os convênios firmados com a FUNAI, em 1969, com 4 anos de duração e em 1973, com o prazo de 3 anos, o referido instituto estabeleceu, sob orientação deste órgão, subprogramas referentes a cada uma das 44 tribos assistidas, cumprindo os objetivos previstos no Capítulo I, Art. 3º dos seus Estatutos, ou sejam: "Realizar estudos comparativos e descritivos de línguas indígenas e reduzi-las à forma escrita; traduzir para essas línguas livros de valor moral e cívico, assim como porções da Bíblia; promover o interesse pela ciência lingüística e por estudos de investigação científica de outros aspectos da vida das tribos indígenas; editar livros, revistas ou outro tipo de publicação que se relacione com os fins da entidade; desenvolver um programa de educação e assistência social, em cooperação com instituições governamentais ou científicas, com o propósito de proporcionar aos indígenas melhores condições de vida, tudo sem fins lucrativos".

Exaustivo seria relatar a robusta contribuição da entidade em foco nas pesquisas lingüísticas, na educação, inclusive com a impressão de centenas de tipos de cartilhas, livros de leitura, textos e outros — assim como na assistência comunitária, também com estreita vinculação à FUNAI e, ainda, colocando à disposição das tribos, sem quaisquer imposições, obras de re-

conhecido valor prático, especialmente a tradução de porções da Bíblia, livro sobre o qual está baseada a civilização cristã e que se constitui em fonte de incalculável valor moral e espiritual.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, surpreendeu a muitos a notícia da não renovação do convênio FUNAI-SIL, sob a justificativa de que outros poderão melhor realizar o trabalho; o que é discutível diante de declarações de técnicos, como a contida em reportagem inserida na edição do último dia 15 da "Folha de São Paulo", em que um delegado da própria FUNAI após comentar de forma positiva as realizações da SIL, mostra as dificuldades em substituir os seus idealistas e dedicados missionários de várias nacionalidades por falta de infra-estrutura adequada do órgão oficial. A propósito, ainda em recente encontro nacional promovido pelo Ministério do Interior, com a presença do Ministro Rangel Reis e do Presidente da FUNAI e de técnicos em lingüística, chegou-se a final conclusão que seriam necessários cerca de dez longos anos para ser atingido o grau de desenvolvimento em que se encontram os estudos promovidos pelo SIL, para possibilitar a aproximação aos índios, conforme publicou a imprensa.

Em razão destes aspectos, diversos ministros evangélicos do nosso Estado, encaminharam ao Presidente Ernesto Geisel a seguinte manifestação:

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR
GENERAL ERNESTO GEISEL
MUI DIGNO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERAL DO BRASIL
BRASÍLIA — DF.
EXCELENCIA,

Como ministros do Evangelho de Jesus Cristo, a serviço da igreja brasileira, temos acompanhado com vivo interesse o recente noticiário que tem envolvido a prática lingüística e missionária junto aos índios na Amazônia brasileira, do Summer Institut of Linguistics (SIL), organização formada por cidadãos e missionários de diversos países, a qual presta assistência a povos indígenas em diferentes regiões do mundo.

Entendendo a referida missão como uma extensão da igreja de Jesus Cristo no Brasil, e visualizando como positivo o serviço que tem prestado aos índios e, como tal, à própria nação brasileira, estranhamos a decisão governamental de não renovar o contrato para a continuidade do referido trabalho.

Outrossim, ficamos surpreendidos diante das acusações ao SIL, veiculadas em alguns órgãos noticiosos. A sua idoneidade ficou comprovada no decorrer dos anos de atividades de notória relevância, tarefa com que nos identificamos; apesar de, em casos individuais, ser possível a ocorrência de alguma dificuldade. Cremos no manifesto interesse do Diretor do SIL no Brasil, o Sr. Steven Neil Sheldon, de averiguar e desligar da missão alguém que, eventualmente, se afaste dos seus objetivos.

Como brasileiros, identificados com o autêntico apelo de desenvolvimento do país, cremos que perderia a Nação com a limitação do trabalho da referida missão, pois optando pela aproximação bilíngüe, que visa, por um lado conservar a língua indígena, e, por outro, estabelecer as devidas pontes de contato com a língua portuguesa, com a qual, mais cedo ou mais tarde, confrontar-se-ão os nativos. Vê-se nesta aproximação um posicionamento antropológico realista, um respeito ao índio em si e o estabelecimento de uma base para a sua integração na realidade nacional.

Diante dos argumentos esboçados e, de acordo com a nossa fé cristã, nós, ministros do Evangelho de Jesus Cristo, com o devido respeito e reconhecimento de vossa autoridade, apelamos no sentido de que se faça:

— reexame das conclusões e das acusações que porventura possam existir contra a organização enfocada;

— renovação do contrato com o SIL, para a continuidade do trabalho da Amazônia, bem como em todo o território na-

cional.

Na certeza da compreensão de V. Exa., eminente líder de todos os brasileiros imbuídos em propósitos de prestar os melhores serviços à Pátria, firmamos este, rogando a Deus Todo Poderoso lhe conceda copiosas bênçãos ao tempo em que registramos nossas fraternais

Saudações Cristãs,

Crendo que a contribuição da entidade distinguida não somente beneficia o índio mas também, os estudiosos das línguas indígenas da nossa Pátria que têm tido franco acesso ao rico material coletado, pelos técnicos do SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS durante aos anos de pesquisa e consciente das dificuldades em se adestrar a curto prazo, antropólogos e professores para a urgente tarefa que ficaria, assim, prejudicada em sua realização, solidarizo-me com os signatários do memorial enviado, pois representa legítima preocupação de homens de responsabilidade que visam o progresso do Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar neste Plenário, a presença do Sr. Ademar Klein, digno Presidente do Diretório Municipal da ARENA de Nova Cantu.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei número 149/77, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Será anexado ao projeto.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 149/77, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem número 115/77 — que dispõe sobre a REFORMULAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, FORMA DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DA TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Com Substitutivo Geral, apresentado pela CCJ. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e CP., pelo Substitutivo Geral por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 149/77

O presente projeto de lei número 149/77, oriundo da Mensagem Governamental número 115/77, dispõe sobre a reformulação, atualização, forma de incidência e cobrança da Taxa de Segurança Pública.

Através da Mensagem que acompanha o anteprojeto de lei, Sua Excelência o Senhor Governador justifica a medida proposta, se estribando nas alegações apresentadas pelo Senhor Secretário de Segurança Pública, que demonstra a necessidade da adequação da legislação vigente, levando-se em consideração a sua atualização.

Sob o aspecto legal e constitucional do Projeto, objeto da análise por parte desta Comissão de Constituição e Justiça, já que o seu mérito será analisado pela Comissão de Polícia, temos que a matéria não encontra óbices para que possa tramitar normalmente por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei número 149/77

Art. 1º — Fica revogado o artigo 4º e seus parágrafos da Lei número 6.766, de 30 de dezembro de 1975.

Art. 2º — As tabelas a que se refere o artigo 5º, da Lei número 6.766, de 30 de dezembro de 1975, ficam alteradas de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art. 3º — O processo tributário administrativo referente as taxas de que trata a Lei número 6.766, de 30 de dezembro de 1975, bem como o respectivo procedimento de inscrição em dívida ativa, serão fixados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA "A"

DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

1 — Alvará mensal para:

a) Alto falantes:

I — fixos ou móveis para propaganda em geral

Cr\$ 80,00

II — fixos ou móveis para diversões

Cr\$ 90,00

b) Boite, Music-hall, Grill-room, Drive-in, Uiscaria, Dancing ou Cabaré, Taxi-girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:

I — com bailarinas de sala e "show"

Cr\$ 450,00

II — com bailarinas de sala, sem "show"

Cr\$ 350,00

III — com "show", sem bailarinas de sala

Cr\$ 300,00

IV — sem "show" e sem bailarinas de sala

Cr\$ 250,00

c) cinemas:

I — com exibição em qualquer bitola, em cidades de até 50.000 habitantes

Cr\$ 50,00

II — com exibição em bitola de 35 mm, em cidades com mais de 50.000 habitantes

Cr\$ 70,00

III — até 3 sessões semanais

Cr\$ 100,00

IV — até 4 sessões por dia

Cr\$ 250,00

V — com lotação até 1.000 lugares

Cr\$ 250,00

VI — com lotação superior a 1.000 lugares

Cr\$ 300,00

VII — com mais de 4 sessões por dia

Cr\$ 350,00

NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20 por cento e os cinemas com bitola de 16 mm um abatimento de 50 por cento.

VIII — cinemas ambulantes (drive-in) ou similares

Cr\$ 150,00

d) Outras diversões públicas:

I — bilhares e snooker em geral; jogos de habilidade, através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica; jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia, alvará por unidade

Cr\$ 70,00

II — bilhareto ou bilhar americano, explorado por pessoa física ou jurídica, que não seja instalado em sociedade recreativa, registrada na Delegacia de Polícia, alvará por unidade

Cr\$ 47,00

III — execução musical, fonomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casas de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável

Cr\$ 80,00

IV — orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda, em bar, confeitaria, lancharia, sorveteria, lancharia, ou em outros estabelecimentos congêneres

Cr\$ 70,00

e) Parque ou Stand de diversões:

I — por aparelho ou local de atração

Cr\$ 50,00

II — com tiro ao alvo, por arma

Cr\$ 20,00

f) Parque de patinação e piscina pública em recinto aberto ou fechado

Cr\$ 250,00

g) Jogos de carteados lícitos, permitidos em sociedades legitimamente constituídas, alvará por mesa	Cr\$ 250,00
h) Rádio emissora e Televisão	Cr\$ 130,00
i) Demais diversões públicas não especificadas nesta Tabela	Cr\$ 200,00
2) - Alvará para:	
a) Bailes:	
I - públicos ou populares, com cobrança de ingressos, mesa ou convite:	
- em cidades com até 50.000 habitantes, por baile	Cr\$ 100,00
- em cidades com mais de 50.000 habitantes, por baile	Cr\$ 150,00
II - nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do Interior, por baile	Cr\$ 70,00
b) Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:	
I - de 1 a 5 dias de espetáculos	Cr\$ 150,00
II - de 6 a 10 dias de espetáculos	Cr\$ 200,00
III - de 11 a 15 dias de espetáculos	Cr\$ 250,00
IV - de mais de 15 dias de espetáculos	Cr\$ 350,00
c) Luta livre, box ou similares, com entradas pagas, por espetáculo	Cr\$ 150,00
d) Gelorama ou similares, por dia	Cr\$ 350,00
3 - Registro de:	
a) Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc.. (anual)	Cr\$ 250,00
b) Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se referem o item 1, alínea "b", e incisos, desta Tabela. (anual)	Cr\$ 350,00
c) Salões de bailes denominados "públicos", ou "populares", ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes (anual).	Cr\$ 250,00
d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:	
I - bailarinas de sala	Cr\$ 20,00
II - artistas e auxiliares teatrais etc.	Cr\$ 60,00
III - empresários e proprietários	Cr\$ 120,00
4 - Vistorias diversas:	
Por vistoria	Cr\$ 200,00
5 - Comprovada a falta de pagamento das taxas previstas na presente Tabela, o infrator será autuado e multado pecuniariamente em até o triplo da Taxa prevista.	
NOTA: Serão competentes para efetuar a autuação, na Capital e Interior as unidades policiais que por lei tiverem atribuição.	
6 - Certidões:	
a) de autos de inquéritos policiais, processos contravencionais etc., por folha	Cr\$ 10,00
b) negativas, expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis	Cr\$ 50,00
c) diversas, de atos praticados em Delegacias de Polícia, não compreendidas nas Tabelas desta Lei	Cr\$ 30,00
7 - Atestados diversos, fornecidos pelas autoridades policiais	Cr\$ 15,00
8 - Inscrição no Curso de Formação de Vigilantes da Escola de Polícia, (Decreto 2.140/76) por aluno	Cr\$ 200,00
9 - Expedição de Certificados diversos pela Escola de Polícia	Cr\$ 50,00

TABELA "B"

DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

10 - Alvará:	
a) para Agências de Informações - anual	Cr\$ 200,00
b) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem ou reformem armas em geral - anual	Cr\$ 150,00
c) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e	

comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:

I - fabricantes - anual	Cr\$ 1.200,00
II - representantes - anual	Cr\$ 500,00
III - comerciante - anual	Cr\$ 500,00
d) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - anual	Cr\$ 250,00
e) de habilitação para exercer a profissão de encarregado de fogo e/ou técnico de explosivos "blaster" - anual	Cr\$ 20,00
f) de licença para transporte de mostruário de armas e munições - anual	Cr\$ 500,00
g) licença para o comércio de fôgos de artifícios:	
I - firmas atacadistas - anual	Cr\$ 500,00
II - firmas verejistas - anual	Cr\$ 500,00
h) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos - alvará anual:	
I - autônomo - por unidade transportadora	Cr\$ 100,00
II - empresas - por unidade transportadora	Cr\$ 150,00
i) de vistoria em fábricas ou depósito de explosivos ou inflamáveis - anual	Cr\$ 100,00
j) de licença para uso ou emprego de explosivos - anual	Cr\$ 500,00
11 - Registros anuais:	
a) de arma de defesa pessoal	Cr\$ 100,00
b) de arma de tiro ao alvo ou caça	Cr\$ 100,00
c) de museus ou colecionadores de armas:	
I - até dez armas	Cr\$ 80,00
II - mais de dez armas	Cr\$ 100,00
d) de hotéis, motéis, pensões e similares:	
I - até dez quartos	Cr\$ 70,00
II - de onze a vinte quartos	Cr\$ 120,00
III - de vinte e um a cinquenta quartos	Cr\$ 250,00
IV - de mais de cinquenta quartos	Cr\$ 350,00
e) transferências de registros em geral	Cr\$ 70,00
12 - Atestados:	
a) de antecedentes político e social:	
I - para fins particulares	Cr\$ 20,00
II - para fins de obtenção de emprego	Cr\$ 10,00
b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos	Cr\$ 50,00
13 - Licenças:	
a) para o porte de armas de defesa pessoal:	
I - para motoristas profissionais - por ano	Cr\$ 60,00
II - para particulares em geral - por ano	Cr\$ 250,00
b) para trânsito de armas de caça - anual	Cr\$ 20,00
c) para trânsito de armas de tiro ao alvo - anual	Cr\$ 50,00
d) para compra de armas e munições	Cr\$ 20,00
14 - Certidões:	
a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis	Cr\$ 100,00
b) diversas, não compreendidas nesta Tabela	Cr\$ 50,00
15 - Certificado de cumprimento do Decreto 2.140/76	Cr\$ 450,00

TABELA "C"

DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO

16 - Atestados:	
I - de antecedentes criminais para obtenção de visto de saída	Cr\$ 70,00
II - de antecedentes criminais	Cr\$ 30,00
III - para pessoas não identificadas neste Estado	Cr\$ 50,00
17 - Cédulas:	
I - de identidade	Cr\$ 60,00
II - segunda via de Cédula de Identidade	Cr\$ 100,00

III — retificações em geral Cr\$ 100,00

TABELA "D"
DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO
MÉDICO LEGAL

18 — Certidões:

- I — de laudo de necrópsia Cr\$ 25,00
- II — de laudo de exumação e necrópsia ... Cr\$ 100,00
- III — de laudo de lesões corporais para fins particulares Cr\$ 25,00
- IV — de laudos para processos de acidentes do trabalho Cr\$ 20,00
- V — de exames toxicológicos Cr\$ 50,00
- VI — de exames anátomo-patológicos Cr\$ 50,00
- VII — de exames sexológicos Cr\$ 25,00
- VIII — de exame de verificação de idade Cr\$ 25,00
- IX — de exame de sanidade mental Cr\$ 25,00
- X — de exames de outras naturezas Cr\$ 25,00
- 19 — Taxa de embalsamamento Cr\$ 500,00
- 20 — Exames radiológicos Cr\$ 250,00

TABELA "E"
DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO
DE POLÍCIA TÉCNICA

21 — Exames externos:

- I — Acidentes de Trânsito na Capital Cr\$ 250,00
- II — Acidentes de Trânsito fora da Capital Cr\$ 500,00

22 — Vistorias:

- I — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital Cr\$ 200,00
- II — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital Cr\$ 500,00
- III — Levantamento em questões possessórias, na Capital Cr\$ 500,00
- IV — Levantamento em questões possessórias, fora da Capital Cr\$ 700,00

NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidos a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 150,00, em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho.

- 23 — Exames diversos e pareceres; exames de documentos e contáveis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos Cr\$ 700,00

NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devam ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

24 — Fotografias:

- I — Fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via) Cr\$ 30,00
- II — Demais vias, por unidade Cr\$ 15,00
- III — Ampliações fotográficas até o tamanho de 30x40 (primeira via) Cr\$ 180,00
- IV — Demais vias, por unidade Cr\$ 100,00

NOTA: Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40 serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.

25 — Cópias:

- a) fotostáticas de documentos, para cada folha ou exemplar Cr\$ 10,00
- b) heliográficas, por unidade:
 - I — medindo até 33x22 Cr\$ 25,00
 - II — ultrapassando essa medida Cr\$ 30,00
- c) de laudos, exceto fotografias e diagramas, por via Cr\$ 30,00

NOTA: Não serão fornecidas cópias de laudos sem as respectivas ilustrações quando houver.

TABELA "F"
DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO
DE TRÂNSITO

I — Habilitação de condutores:

- 1 — Aprendizagem e autorização para conduzir veículos Cr\$ 34,00
- 2 — Provas escritas ou orais, sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais Cr\$ 34,00
- 3 — Provas práticas da direção na via pública Cr\$ 34,00
- 4 — Exames:
 - a) de sanidade física e mental Cr\$ 75,00
 - b) Psicotécnico Cr\$ 75,00
 - c) Segunda via cartão psicotécnico ... Cr\$ 100,00
- 5 — Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
- 6 — Averbação da Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
- 7 — Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
- 8 — Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses Cr\$ 71,00
- 9 — Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses Cr\$ 71,00

II — Licenças diversas:

- 10 — Às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano ... Cr\$ 107,00
- 11 — Para trânsito de veículos, sem placas, mediante licença especial de pára-brisa até 15 dias, por dia Cr\$ 10,00
- 12 — Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anés de bloqueio) Cr\$ 107,00
- 13 — Para uso anual de placa experiência ... Cr\$ 71,00
- 14 — Para estacionamento em faixas de estacionamento — "pontos de estacionamento de veículos de aluguel" por ano Cr\$ 107,00

III — Autorizações diversas:

- 15 — Para substituição, remarcação ou regravação de motor Cr\$ 34,00
- 16 — Para remarcação ou regravação de chassi Cr\$ 35,00
- 17 — Para remontagem de veículos Cr\$ 71,00
- 18 — Para pequenas adaptações, no veículo, de acessórios não convencionais Cr\$ 71,00
- 19 — Para colocação de dísticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físeis, por ano Cr\$ 34,00
- 20 — Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito Cr\$ 71,00
- 21 — Para guinchamentos privados, por guincho, anualmente Cr\$ 107,00

IV — Registros diversos:

- 22 — Registro anual de despachante Cr\$ 732,00
- 23 — Registro anual de auto-escola Cr\$ 732,00
- 24 — Registro de instrutor de auto-escola ... Cr\$ 107,00
- 25 — De oficinas mecânicas que regravem motores, de chassi de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano Cr\$ 107,00
- 26 — De estabelecimentos que comerciem com veículos irreperáveis ou peças básicas (motores e chassi) por ano Cr\$ 107,00

V — Serviços diversos:

- 27 — Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários - por folha Cr\$ 10,00
- 28 — Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados Cr\$ 10,00

29 - Pedidos protocolados no DETRAN	Cr\$ 10,00
30 - Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado	Cr\$ 71,00
31 - Substituição de certificado de registro . .	Cr\$ 71,00
32 - Segunda via do certificado de registro . .	Cr\$ 71,00
33 - Vistorias domiciliares	Cr\$ 71,00
34 - Substituição de placas	Cr\$ 34,00
35 - Guinchamento	Cr\$ 107,00
36 - Estadia no estacionamento oficial do DETRAN - por dia	Cr\$ 13,00
37 - Apostilas em certificados	Cr\$ 34,00

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 149/77

Dispõe o presente plano de lei, oriundo de Mensagem Governamental, sobre a reformulação, atualização, forma de incidência e cobrança da Taxa de Segurança.

Referido projeto já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável, com Substitutivo Geral.

Do ponto de vista financeiro, que a esta Comissão cabe examinar, temos que a iniciativa governamental vem ao encontro das necessidades do Estado, pois trata-se de mera atualização de taxas, ora cobradas aquém de suas reais incidências.

Assim, pois, somos favoráveis ao projeto de lei ora em exame, na forma do Substitutivo Geral, acatando-se decisão da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de dezembro de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei número 149/77

1 - Oriundo da Mensagem do Poder Executivo, visa o presente plano de lei estabelecer normas quanto a reformulação, atualização, forma de incidência e cobrança da Taxa de Segurança Pública.

2 - O projeto de lei em questão passou pelo crivo das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais mereceu pareceres favoráveis.

3 - Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar temos para nós que o projeto atende as necessidades do Estado e a reformulação, atualização e forma de incidência pretendidas se fazem necessárias.

4 - Nestas condições, somos favoráveis ao projeto de lei, atendida, porém, a emenda oferecida pela douda Comissão de Constituição e Justiça.

S.M.J., é o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de dezembro de 1977.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - Relator

A Presidência colocará em discussão o projeto e o substitutivo geral. - Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação. - APROVADO pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

Em votação a Emenda ao Projeto de Lei número 149/77, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. - APROVADA.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 389/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem número 48/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município da Lapa, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com

o MEC, para ampliação na área da Educação Física. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 384/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 119/77, ex-Proposição número 525/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Teixeira Soares, objetivando fornecimento de equipamentos à Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que específica. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 386/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 123/77, ex-Proposição número 534/77, aprova o termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de São João do Ivaí, objetivando construção de prédio para a Delegacia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 390/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 122/77, ex-Proposição número 527/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de São Miguel do Iguacu, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 391/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 122/77, ex-Proposição número 529/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de São Jorge do Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei número 392/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 122/77, ex-Proposição número 530/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de Guairacá, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. - APROVADO.

A Presidência alerta o responsável pelo Setor da Ordem do Dia, para as folhas 3, item 7, alterar, onde se lê, projeto de lei, leia-se: Projeto de Resolução.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 393/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 125/77, ex-Proposição número 539/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 394/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem

número 126/77, ex-Proposição número 540/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Querência do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 395/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 127/77, ex-Proposição número 541/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Pesquisas Florestais — CPF., do Setor de Ciências Agrárias, objetivando estabelecer diretrizes que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 396/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 128/77, ex-Proposição número 543/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Caixa Econômica Federal, objetivando aplicação de recursos do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - CSU, na construção de centros sociais urbanos tipo "B", nos Municípios de Toledo, São José dos Pinhais, Campo Mourão e Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lázaro de Souza, ocorrido na cidade de Apucarana. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ERcival Marques, ocorrido no Município de Dois Vizinhos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela nomeação do Padre Conrado Walter, para Bispo Auxiliar da Diocese de Jacarezinho, por ato de Sua Eminência o Papa Paulo VI. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná, substanciado em pedido de informações sobre um rol de questões com referências a arbitrariedades praticadas contra motoristas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que se digne determinar a inclusão no plano rodoviário do Estado, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o km 346 da Rodovia Parigot de Souza ao Distrito de Conselheiro Zacarias, no Município de Santo Antônio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Direção Artística da Televisão Paraná Canal 6, pela apresentação no Programa "Histórias que a Vida Conta", levado ao ar no dia 24 do corrente mês. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e da Indústria e Comércio, encarecendo maior flexibilidade no plano de comercialização do arroz, de propriedade do CFP. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficia-

do aos Srs. Presidente da República, Governador do Estado do Paraná e Secretário do Meio Ambiente, em Brasília, encaminhando fotocópias do ofício da Câmara Municipal de Jacarezinho, relacionado à poluição das águas do Rio Jacaré, face à instalação da destilaria de álcool no Município de Santo Antônio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Segurança Pública, informando da precária situação material em que se encontra a Delegacia de Polícia do Município de Arapoti, e pleiteando que determine providências no sentido de dotá-la de veículos para um efetivo cumprimento de suas atribuições. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando o envio de sugestão ao Banco do Brasil, encarecendo benefícios para a lavoura tritícola paranaense. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente à ELETROSUL, em forma de pedido de informações com respeito às desapropriações de terrenos na bacia de acumulação da Usina de Salto Santiago no Rio Iguaçu. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): " DECLARAÇÃO DE VOTO

Volta o eminente Deputado Nilso Sguarezi a abordar um assunto momentoso da região Sudoeste do Paraná e mais especificamente dos Municípios de São Jorge do Oeste, São João e Chopinzinho. Torna a abordar o assunto que é preocupação de todos os representantes daquela região, nesta Casa do Povo paranaense. Não só S. Excelência se ocupou do assunto, mas também os Deputados Deni Schwartz, Ivo Thomazoni, este Deputado além dos Deputados Federais Arnaldo Busato e Sebastião Rodrigues; todos com uma só preocupação: resolver o angustiante problema criado com a inundação das terras férteis do Vale do Iguaçu, para a construção da hidrelétrica de Salto Osório, pela ELETROSUL.

Essa união de políticos de diferentes matizes, e de dois partidos, diz bem da preocupação que assola os homens responsáveis do Sudoeste pela insustentável situação que se criou, resultante da falta de pagamento pelo órgão competente, das indenizações de que os proprietários das terras inundadas faziam por merecer.

Se o objetivo de todos os políticos do Sudoeste é só resolver rapidamente a situação que se protela há mais de 4 anos, os caminhos escolhidos podem ser diversos para a definitiva solução do problema.

Eu mesmo já registrei que a ELETROSUL, teve um gesto de boa vontade para com outra área a ser inundada, na mesma região com a construção da Usina de Salto Santiago, no Município de Chopinzinho. Em discurso proferido nesta Casa, em data de 26 de outubro de 1977, afirmei que paralelamente ao convênio firmado entre a ELETROSUL e a Prefeitura Municipal para a reconstrução, retificação e melhoramentos das estradas municipais daquele Município que atingidas pelas inundações, no próximo ano, deveriam se seguir outros passos tão ou mais importantes que o anunciado na ocasião: o pagamento de justa e rápida indenização aos proprietários daquelas áreas de terras de Chopinzinho e de Laranjeiras do Sul, preocupação aliás demonstrada com muito empenho por Sua Excelência o Senhor Governador Jayme Canet Júnior, por ocasião da assinatura do referido convênio ELETROSUL/P.M. Chopinzinho.

Destaquei, que pela ocasião desta Tribuna, também, que

a nova diretoria da ELETROSUL era composta de homens sensíveis ao atendimento das necessidades dos agricultores do Sudoeste. E não fiz essa afirmação graciosamente. Para a concretização do Convênio para as estradas de Chopinzinho, estive pessoalmente com o Engenheiro Telmo Thompson Flores, presidente da ELETROSUL, administrador renomado, político experimentado como Prefeito da Capital do Rio Grande do Sul. Senti, sua preocupação com os proprietários daquelas terras inundadas especialmente com os pequenos proprietários. A sua preocupação se transmitia aos outros funcionários da ELETROSUL, como o Doutor Véspero Mendes e todos os demais funcionários do Departamento de Suprimentos da ELETROSUL, área a que está afeta a questão das desapropriações. Recentemente o Dr. Véspero Mendes deixou aquela diretoria e para o seu lugar foi nomeado por ato do Senhor Presidente da República o engenheiro paranaense Roberto Schulmann, sem favor algum, um dos mais brilhantes técnicos no setor energético do Paraná e que agora, empresta toda sua capacidade administrativa à ELETROSUL.

Levantadas as premissas, julgo conveniente abordar alguns aspectos para clarificar minha posição com relação ao requerimento do ilustre Deputado Nilso Sguarezi:

- 1 — Existe na área em questão — como de resto em quase todo o Estado, uma profunda controvérsia em torno da propriedade das terras localizadas à margem esquerda do Rio Iguaçu, envolvendo questões relacionadas com legitimidade de títulos de terras, disputas entre a União, e o Estado do Paraná e terceiros o que impediu a aplicação de formas tradicionais de negociação, como a composição amigável desaguando num longo e tristemente famoso processo que corre junto ao juízo federal desta Capital.
- 2 — Esse processo refere-se ao valor da indenização a ser paga às terras inundadas e em alguns casos, também, ao valor das indenizações das benfeitorias existentes. A posição dos reclamantes das indenizações tinham, quicá, suas posições enfraquecidas pela discussão que se travava à respeito da legitimidade dos títulos de terras apresentados. A argumentação da ELETROSUL, em meu modesto entendimento, nesse particular — a falta da legitimidade de títulos — não possui muita substância, pois aqui mesmo no Paraná, a Companhia ITAIPU, com recursos da ELETROBRÁS, está pagando um preço justo pelo alqueire desapropriado até para os simples posseiros, sem qualquer título.
- 3 — A situação entretanto com relação aos títulos está se alterando. Sem se deter na área "sub judice" da Fazenda São Jorge que ao que tudo indica caminha para entendimento entre proprietários e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as outras glebas de terras estão sendo tituladas pelo INCRA/FITC, o que fará desaparecer toda a cautela da ELETROSUL com relação a questão.
- 4 — Há questão de 20 (vinte) dias atrás, participei de reunião com advogados, engenheiros e com o Diretor da ELETROSUL, Dr. Roberto Schulmann, com a presença do ilustre e dinâmico Coordenador Regional do INCRA no Paraná, Dr. Aroldo José Molleta, na qual ficou acertada uma nova reunião entre ELETROSUL e INCRA para acertar definitivamente a questão da titulação das terras, notando extrema boa vontade entre os dirigentes dos dois órgãos para resolver com brevidade a velha questão. Ressalto, por ser de inteira justiça, que as palavras do Dr. Aroldo Molleta foram todas elas dirigidas em defesa dos agricultores prejudicados, desejando, por outro lado, o Dr. Roberto Schulmann, encontrar uma fórmula hábil para a ELETROSUL finalizar essa demanda.
- 5 — Sabe-se que a dificuldade que o INCRA presentemente possui para titular as terras inundadas é, obviamente, não poder comprovar a cultura habitual e moradia perma-

nente dos proprietários, face ao alagamento das terras, podendo, entretanto, a ELETROSUL fazer o pagamento das áreas de acordo com os títulos que os proprietários possuem devidamente registrados no cartório de registro de imóvel da Comarca, pagamento esse que podem ser feitos com anuência do INCRA. A questão judicial a que se refere a ELETROSUL para fundamentar suas dúvidas com relação à legitimidade das terras é, sinteticamente a seguinte: Há pendência no Supremo Tribunal, entre a União, representada pelo INCRA, e os que possuem títulos de propriedade havidos do Dr. Paranhos. Ora, se o INCRA, conforme demonstrou estar disposto o seu coordenador, regional Dr. Aroldo Molleta em reconhecer o direito à indenização da ELETROSUL àqueles que lá moravam à época do represamento das águas, só aparece, para a ELETROSUL, um proprietário da terra: aqueles que pleiteiam, judicialmente, sua indenizações. De resto, como explicar que a ELETROSUL já tenha comprado e pago área de terra com base no título que hoje inquina de ilegítimo.

- 6 — Resolvido ou prestes a se resolver o problema da titulação de terras, resta analisar, ainda que rapidamente o problema do valor das indenizações a serem pagas e de que forma elas serão feitas, isto é, se através de processo judicial (e como a justiça no Brasil é demorada, diga-se de passagem) ou através de composição amigável.

A opção é clara: ou se resolve amigavelmente, através de composição a ser ratificada em juízo, ou se permanece na disputa judicial que deverá demorar mais algum tempo. É evidente que a segunda alternativa não atende nenhuma das partes, proprietários, ELETROSUL e, não se esqueça, a economia estadual que já a quatro anos não conta com as riquezas que poderiam estar sendo auferidas com o trabalho dos gaúchos, catarinenses e paranaenses habitantes daquela região.

Não satisfaz a ELETROSUL que mais cedo ou mais tarde será obrigada a pagar a indenização, com as custas, honorários advocatícios, juros, correção monetária e lucros cessantes em atividades agro-pastoris, a par do incomensurável prejuízo que a imagem dessa empresa terá fatalmente no Paraná e na sua gente. Não se constituirá em solução favorável para mais de uma centena de agricultores, pois não há no Brasil bem que se valorize mais que a terra, além do grave problema do êxodo rural, combatido pelos governos estadual e federal, sem se deter em todas as outras sequelas negativas que uma longa disputa entre um órgão poderoso — a ELETROSUL — e pequenos agricultores — trará a todos os envolvidos direta ou indiretamente no problema.

Assim me parece que a solução viável é a composição amigável, entre ELETROSUL e proprietários, com intervenção do INCRA. A indagação que se pode fazer é como realizar uma composição amigável se os laudos das partes interessadas variam tanto de valor?

Ocorre que existe um laudo firmado pelo juízo da primeira Vara da Justiça Federal, feito pelo MM. Juiz Dr. Milton Luiz Pereira. A partir desse laudo é possível, com boa vontade das partes chegar-se a um perfeito entendimento.

Essas são as considerações que me cabiam fazer ao discutir o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, ao qual antecipo meu voto favorável, desejando, entretanto, aditar o seguinte ao seu pedido:

- 1 — que seja composta uma comissão de três membros desta Casa para manter entrevista com a Diretoria da ELETROSUL para oficialmente conhecer a disposição, daquela empresa em como proceder em todos os quesitos formulados pelo requerimento em tela;
- 2 — convidar oficialmente para acompanhar esta comissão especial o coordenador Regional do INCRA no Paraná, Dr. Aroldo Molleta, que poderá esclarecer aspectos por

ventura ainda dúbidos da questão da legitimidade das terras inundadas com a construção da Usina de Salto Osório.

Caso aceita a presente proposta, que já conta, inclusive, com o voto favorável do eminente Deputado Nilso Sguarezi em entendimento anterior, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná terá condições de conhecer oficialmente todos os ângulos da questão e os Deputados designados por suas respectivas lideranças poderão acompanhar até o final a grave situação que se criou com a construção da Usina de Salto Osório — necessária para o desenvolvimento nacional, sabe-se — mas que até agora — pouco ou nada ajudou o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná e cuja indefinição com relação às indenizações transformou-se num grave problema de consequências imprevisíveis.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. irá colocar em votação o requerimento com o aditamento solicitado?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência ouviu e tem...

A Presidência aguarda que, em dois minutos, V. Exa. en-

camínhe à Mesa o aditamento, por escrito, para que possa apresentá-lo ao requerimento. — (O aditamento é encaminhado à Mesa)

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, ressalvado o aditamento. — APROVADO.

Em votação o aditamento proposto pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. — APROVADO O ADITAMENTO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 149/77 e de Resolução número 389/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 384, 386, 390, 391, 392, 393, 394, 395 e 396/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 322, 382, 383, 385, 387, 388, 327, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 373, 374, 375, 376 e 379/77;

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei número 149/77 e de Resolução número 253/77 e 389/77.

Levanta-se a sessão.